

As imagens metaforizadas da biblioteca

Célia Regina Simonetti Barbalho

Universidade Federal do Amazonas
Av. General Otávio Ramos, 3000 Campus Universitário
69700-000 Manaus – Amazonas – Brasil
E-mail: celiasimonetti@ig.com.br

RESUMO

Discute as metáforas da biblioteca pública buscando delinear, a partir delas a atuação almejada para essas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca pública, informação pública

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, o homem registra suas vivências, seus sonhos, sua existência através de formas pictóricas que, posteriormente, se transformaram em códigos escritos expressos sob os mais variados suportes de modo a compartilhar suas experiências. De fato, dos desenhos nas cavernas à Internet, inúmeras têm sido as formas de expressão usadas para perenizar idéias e narrar fatos e efeitos. O conjunto destas formas constitui, portanto, a memória cultural da humanidade que, quando organizadas e disponibilizadas adequadamente, possibilitam o enriquecimento cultural das sociedades.

Reunir, organizar e disponibilizar irrestritamente a informação registrada de modo a contribuir para a geração de indivíduos conscientes e críticos, é a função de instituições culturais denominadas bibliotecas (1), cujo caráter democrático de dar acesso ao conhecimento, caracteriza sua ação social. Com efeito, o papel destinado à biblioteca, neste final de século, é o de permitir o acesso, o mais amplo possível, à informação como um meio para emancipação do cidadão.

Sob a égide democrática e igualitária, todo indivíduo terá direito ao uso da informação (2) de modo a fortalecer sua capacidade de questionar criticamente sua existência, tornando-se consciente de sua condição como sujeito social. Se por um lado os princípios de democracia estabelecem a igualdade levando-se a crer que todos têm direito de acesso aos registros já que estes representam o conhecimento, por outro lado, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade se faz com cidadãos bem informados para exercerem os seus direitos e deveres integrando ativamente a comunidade.

Entretanto, a medida que as formas de registro do conhecimento evoluíram, tornaram-se mais complexas e passaram a exigir habilidades especiais para sua decifração aumentando, consideravelmente, o número de excluídos do processo de compartilhamento deste artefatos culturais sendo que estes, por sua vez, tiveram um salto quantitativo e qualitativo notável nos últimos séculos, tornando premente a necessidade de reuni-los ordenadamente de modo a permitir e dinamizar o acesso irrestrito a todos os que deles necessitam, visando a transferência da informação para gerar conhecimento.

Logo, a biblioteca – cidadela do saber que abriga em seu espaço informações registradas sob os mais variados suportes –, é um organismo vivo que possibilita a fruição do saber, o prazer da leitura e o usufruto da cidadania, contribuindo para a aprendizagem duradoura, para o desenvolvimento cultural e para o crescimento intelectual do indivíduo, através do acesso à informação que promove o esclarecimento dos fazeres do cidadão.

Tal fenômeno processual, provocado pelo esclarecimento, deverá, segundo Pedro Demo (3), tornar o cidadão competente, “*consciente e politicamente organizado, capaz de conceber e realizar projeto próprio de confronto social com os privilegiados do sistema, não se esgotando na face política*”, mas também na produtiva. Com efeito, a cidadania é fruto de um percurso emancipatório que inicia-se com o questionamento crítico e propaga-se através da conscientização, pelo cidadão, de sua condição de ser manipulado que conduz ao esclarecimento e discernimento do seu agir enquanto sujeito social; é portanto, uma conquista do indivíduo que se desenrola através de diferentes estágios que variam entre o total desconhecimento e o amplo conhecimento da manipulação de modo a garantir oportunidades equalizadoras que nascerão “*de dentro para fora*”, fazendo com que o indivíduo formule e execute seu projeto próprio de desenvolvimento. O autor exemplifica tais condições ao destacar que a percepção da pobreza não deve se restringir tão somente a carência material, mas sim a conscientização de uma

injusta oportunização, repressão ou, até mesmo, usurpação de acesso às vantagens sociais.

Neste contexto é que, ideológica e competentemente, deve se inserir a biblioteca como equalizadora de oportunidades capaz de administrar às desigualdades de acesso à informação, possibilitando que seu usuário se transforme em um cidadão e, conseqüentemente, contribuindo para consolidar o exercício da cidadania, como afirmam Kira Tarapanoff e Emir Suaiden, (4) “(...) *a função principal da biblioteca hoje deve ser a formação da consciência do cidadão, para que o mesmo compreenda os seus direitos e deveres. (...) A biblioteca pode e deve preocupar-se com as suas funções sociais*”.

À rigor, a biblioteca, para assegurar o seu papel de agente de transformação, necessita:

- a) delinear seus objetivos, políticas sociais que a tornam partícipe da construção e manutenção de uma sociedade equilibrada e dinâmica;
- b) possuir um acervo que responda às mais variadas demandas informacionais, bem como meios para mantê-lo atualizado;
- c) estabelecer os mecanismos para sua organização e sistematização de forma a ser um sistema articulado da representação do conhecimento;
- d) conhecer e caracterizar sua comunidade de usuários, reais ou potenciais, de modo a contemplar amplamente suas diferentes necessidades; e
- d) ter um espaço, físico ou virtual, para expor seu acervo, atender a seus usuários e desenvolver suas atividades.

Como um organismo ativo e partícipe da vida social, a biblioteca busca, através da memória coletiva por ela reunida, equacionar às necessidades de informação da comunidade, mapeando suas demandas informacionais de modo a oferecer ao usuário um encontro com a cultura e com o conhecimento. De fato, a biblioteca não é simplesmente uma coleção organizada de livros, ela é um espaço de convívio e de socialização dinâmicos que deve promover a formação e o entretenimento.

A MEMÓRIA DO MUNDO

Entretanto, a isotopia da *memória do mundo* ou *memória da humanidade*, como a ela se referia o poeta argentino José Luís Borges, encontra traços semânticos que tematizam a reunião e a conservação do conhecimento produzido coletivamente nas mais diversificadas épocas, sobre os mais variados assuntos e em múltiplos suportes. A formação e manutenção do acervo figurativiza o tema e a biblioteca passa a ser um

actante que age competentemente tão somente quando preserva as obras através do controle de pragas e umidade, por exemplo, ou quando acumula e guarda os registros da evolução humana através da seleção, aquisição e armazenamento das obras.

Embora possua vocação de reunir a produção da humanidade, a biblioteca o faz à partir da especificidade do público que atende. Desta forma tem-se, *grosso modo*, memórias em áreas específicas do conhecimento que servem a usuários especializados (bibliotecas especializadas) ou acervos especiais, como os em braile (bibliotecas especiais); coleções que buscam favorecer o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de funcionários, discentes e docentes de instituições de ensino superior (bibliotecas universitárias); acervos gerais que estão postos para suprir a necessidade de informação de toda a comunidade (bibliotecas públicas) e acervos que agrupam obras que dão suporte às atividades educacionais dos escolares do ensino médio e fundamental (bibliotecas escolares). A esta tipologia devem ser incluídas as bibliotecas nacionais. A função dessas é reunir, conservar e difundir a memória de um país, utilizando-se de dispositivos legislativos que possibilite a formação do patrimônio informacional nacional como o Depósito Legal (5). Tais modelos, caracterizados pela coleção e pelos usuários, também se diferenciam pelos serviços que oferecem e que deverão estar em conformidade com o nível de seu público.

O compartilhamento da *memória do mundo* se deve a revolução informacional causada, principalmente, pela invenção da prensa por Gutemberg e dos tipos móveis no século XV. De fato, o impacto causado pelo surgimento do livro impresso não só tornou público o conhecimento como contribuiu sobre maneira para sua evolução, propagação e especialização, fazendo com que as bibliotecas não só atuassem no seu acúmulo mas, principalmente, para agir competentemente, partilhassem e redistribuíssem o saber de modo a torná-lo coletivo.

Briquet de Lemos (6), discutindo sobre a necessidade humana de criar uma memória exossomática, isto é, externa ao corpo para reter e preservar sua cultura, afirma que as bibliotecas existem para ser “*um local onde se reúne dados, informações, conhecimentos, em síntese, mentefactos (obras criadas pela mente humana), de modo organizado e dinâmico tendo em vista sua eventual recuperação e utilização*”. Deste modo, o autor reforça a idéia de que as bibliotecas tem por princípio constituir-se em uma memória

social duradoura, conservando as informações registradas das experiências vividas e expressadas pelo homem, sem dar destaque especial aos processos que envolvem sua utilização ou recuperação, apresentando-a como um lugar, de fato, de espera pelo usuário e não como um organismo que, se antecipando as necessidades expressas por ele, oferece-se como um instrumento capaz de auxiliá-lo no desenvolvimento de seu projeto cidadão.

UM ESPELHO DA ALMA

A simbologia da biblioteca como do *espelho da alma* (7) figurativiza-a como um lugar, por excelência de liberdade uma vez que reúne a diversidade de opiniões, idéias e correntes do pensamento humano que lhe outorga uma competência para interpretação, crítica e avaliação, possibilitadoras da transformação e do progresso social.

De fato, enquanto indivíduo, o homem busca, para sobreviver, o conhecimento que lhe dá sentido à vida; ao apreendê-lo, ele o faz a partir de uma reflexão que age sobre o seu intelecto, permitindo a percepção e geração de conceitos próprios de mundo e de seus valores de vida. Ao expressá-los ele se coloca como produtor consciente de cultura, reelaborando o conhecimento e contribuindo para o crescimento coletivo. Assim, a obra em si é resultado do pensamento articulado, inteligente e sensível, de cada autor, que manifesta suas concepções, sua consciência sobre algo examinado e entendido por meio de sua ponderação, observação e que se soma, na biblioteca, ao pensamento dos demais autores.

A coleção reflete, portanto, um olhar orientado por um conhecimento exterior, proposto por indivíduos e dentro do qual a coletividade se reconhece e se reencontra num trabalho pela sua continuidade. É sob este aspecto construtivo que a biblioteca deve proporcionar a liberdade, de modo a tornar-se um instrumento apto para desenvolvimento do cidadão, que oferece à comunidade o acesso àquilo que é adequado à sua capacidade de compreensão, aos seus interesses, ao seus modos de vida, de forma a tornar possível ultrapassar o simples, não bastando saber decodificar símbolos, mas sim, perceber o sentido que os torne actores das suas transformações e do progresso da sociedade.

Essa liberdade é opera em dois sentidos. O primeiro dar-se pela reunião da diversidade de vozes que são expressadas livremente e que é reflexo do pensar de cada autor, suas convicções, suas verdades, seus valores, seus saberes, sua alma. O segundo é resultado da disponibilidade de

obras que representam as mais variadas correntes do pensamento humano para que, no ato da leitura, o conflito e a revelação se instalem de forma a possibilitar a descoberta de novos caminhos que permitam ao leitor-usuário agir conscientemente. Ambos sentidos são resultantes da lógica e do imaginário de cada um. Contudo, o espelho tem o limite do espaço e isto se revela pela capacidade de assimilação e aquisição da informação que depende de uma série de conhecimentos prévios, de motivações, de interesses, de habilidades enfim, do capital social (8).

Enquanto espaço de presença, a biblioteca caracteriza-se por ser o lugar do outro pois reúne o discurso dos produtores e vive do interesse ou necessidade do usuário. Colocando-se como participante do ciclo de produção da informação, ele intermedia-a, mesmo não a produzindo; quando o faz, é sempre para dar conhecimento sobre o que possui, cumprindo o contrato de ser elemento intermediário no processo de transferência da informação.

Ao refletir a presença do outro, a biblioteca revela sua capacidade de agir adequadamente em seu meio social, tornando-se visível ao seu usuário, despertando o seu interesse quer através de sua estrutura física, quer facilitando o uso e o acesso a sua “alma” (coleção, informação), através dos serviços que dispõe.

De fato, a oferta de serviços que promovam o uso do acervo ou da biblioteca é fundamental no desempenho do seu papel como agente de transformação. Uma biblioteca que nada cria, nada propõe, de nada participa, não é capaz de se estabelecer como modelo, estando fadada ao fracasso. Como agente de transformação sócio-cultural-política, ela necessita sair de suas próprias paredes, vender propostas, integrar grupos estruturados na comunidade, ser ousada no conteúdo e na forma de sua programação de apoio cultural, científico e técnico, ou seja, tornar-se visível, útil e necessária para o seu usuário.

Dentre os serviços oferecidos atualmente pelas bibliotecas e sem a pretensão de ser uma listagem exhaustiva, os relacionados a seguir são aplicáveis a ambientes públicos, escolares, universitários e especializados de acordo com suas particularidades:

- a) orientação dos usuários quanto ao uso da biblioteca e seus serviços, incluindo visitas orientadas e cursos que servem para instruir no manejo e na prática da pesquisa bibliográfica (9);
- b) consulta local às obras disponíveis;
- c) empréstimo domiciliar;

- d) empréstimo entre bibliotecas;
- e) acesso à base de dados da biblioteca;
- f) acesso à base de dados externas sejam em rede, *on line*, em CD-ROM, *of line* ou em material impresso;
- g) levantamento bibliográfico;
- h) assistência às necessidades informacionais com resposta à questões simples e específicas;
- i) indicação de outros serviços de informação;
- j) fornecimento de cópias, inclusive de material existente em outras bibliotecas, como no Brasil o COMUT, por exemplo;
- k) sumários correntes, boletins de alerta ou outros serviços que sintetizam novas aquisições para os usuário, antecipando-se à sua busca;
- l) divulgação e facilitação do uso da biblioteca através de impressos, de um ágil sistema de comunicação visual, entre outros, com o objetivo de familiarizar o usuário facilitando o seu acesso;
- m) tratamento da informação;
- n) reserva de obras;
- o) encontro com autores;
- p) promoção eventos culturais como exposições, concursos, por exemplo;
- q) divulgação de obras literárias através de eventos como a hora do conto, da poesia, da crônica;
- r) normalização bibliográfica;
- s) livreria;
- t) cafeteria, lanchonete etc.

Por certo a oferta de serviços varia em graus de sofisticação e exigências conforme a necessidade da demanda. Desta forma, a biblioteca pública e escolar desenvolvem serviços voltados, principalmente, para a promoção da leitura; a biblioteca universitária mantém serviços que integrem a comunidade acadêmica buscando dispor obras recentes ou dando acesso a coleções de periódicos de áreas específicas e a biblioteca especializada trabalha em nível da informação seletiva e busca interagir com as necessidades anteriormente levantadas e já conhecidas devendo, entretanto, ser comum a todas a preocupação com a assimilação dos conteúdos.

Cabe então a biblioteca e a sua natureza perceber estas necessidades para oferecer serviços que a tornem competente enquanto agente de transformação, que revelem a sua própria alma e transponha assim os limites impostos pela imagem da biblioteca como espelho.

O TEMPLO DO SABER

Do mesmo modo que o templo é o lugar que media o encontro do homem com Deus, permitindo que as preces – manifestação das necessidades –, sejam levadas a presença do divino para serem atendidas, a biblioteca é o espaço da intermediação entre a produção intelectual existente e por ela armazenada e as necessidades informacionais de seus usuários.

No interior do sistema simbólico que ela representa, sua concepção se deu sob a forma de um depósito de livros, o que de fato, ela também o é. Entretanto, dada a amplitude de sua ação, a biblioteca se propõe a ser uma intermediadora das necessidades de informação, superando a idéia de depósito como algo inerte, para se enunciar como um entreposto dinâmico que, além de tratar a informação para disponibilizá-la, dissemina-a através dos mais variados mecanismos como os sumários correntes, os boletins de alerta, as exposições, os encontros com autores, entre tantos outros, estimulando a busca pelo conhecimento e pela informação.

É no papel de intermediadora que a biblioteca, com o propósito de se mostrar competente para o seu usuário, reúne e organiza a informação realizando um fazer interpretativo do discurso dos outros na medida em que descreve o conteúdo de cada obra. De fato, o catálogo, simulacro do acervo, é a vitrina que representa a totalidade dos conhecimentos/assuntos disponíveis, presentificando a coleção e agindo transitivamente sobre o usuário uma vez que transforma o seu estado de desconhecimento e o coloca em conjunção com o objeto-valor informação para que esta seja adquirida reflexivamente.

O *templo do saber*, ao facilitar e favorecer o encontro de seu público com a conhecimento que dispõe, enuncia seu totalitarismo intelectual colocando-se como revelador do segredo de cada obra, capaz de interpretá-las pela indexação, de agrupá-las pelas semelhanças de conteúdo através da classificação, de descrevê-las intimamente com os recursos proporcionados pela catalogação e de persuadir seu uso através dos mecanismos de disseminação da informação.

Entretanto, o catálogo – *templário* da biblioteca –, é um discurso de promessas uma vez que ele remete à obra para que o usuário, através de suas necessidades específicas, extraia ou não, às informações buscadas. Isto ocorre porque tanto a descrição da obra é subjetiva, quanto as necessidades são sobremaneira particularizadas.

É desta forma que o catálogo se apresenta como um destinador competente, a medida em que representa o acervo e se coloca como um sujeito

capaz de intermediar o uso da coleção, oferecendo ao usuário-destinatário os autores, títulos e assuntos disponíveis, demonstrando saber o que a biblioteca possui e manipulando-o, pela descrição da obra, a querer consultá-la. Ao aceitar o jogo de manipulação proposto pelo catálogo, o usuário acredita que vai sanar o seu problema informacional através do estudo da obra indicada pelo acordo de cumplicidade estabelecido entre eles.

Ao consultar a obra o usuário recebe sua recompensa positiva, se suas necessidades foram contempladas, ou negativa, se a descrição apresentada pelo catálogo não foi verdadeira. De fato o usuário, destinatário-julgador, ao transformar ou não seu estado de saber consultando a obra indicada, realiza uma interpretação vereditória sobre o fazer do catálogo comprovando se foi cumprido ou não o contrato. Desta forma, o estatuto do catálogo pode ser verdadeiro (se descreve o que realmente está na obra), falso (se o assunto foi indexado erradamente, por exemplo), mentiroso (se o título não reflete o assunto da obra, como no clássico caso do livro intitulado *Raízes do Brasil* que trata da formação étnica do povo brasileiro e não de botânica) ou secreto (quando a indexação desvela o verdadeiro assunto da obra, embora o título revele o contrário).

O SENTIDO DAS METAFORIZAÇÕES

As dimensões apontadas pelas metáforizações da biblioteca entretanto, revelam que o aparente não se objetiva no concreto e a biblioteca não se apresenta como um instrumento de emancipação, como um sujeito competente. Ela dirige suas atividades muito mais para o tratamento e organização de documentos (ambiente interno) do que para produção, acesso e transferência da informação (ambiente externo), ou seja, a ênfase dada pelas suas práticas privilegia o acervo enquanto a sociedade está mais preocupada com o acesso à informação que se consolida através do processo de comunicação. Ademais, a biblioteca mantém rígidas normas e estruturas conservadoras enquanto a sociedade apresenta tendências gerenciais que exigem estruturas e práticas flexíveis, criatividade e visão estratégica dos problemas.

Veja-se, como exemplo, o depoimento de um funcionário da Biblioteca Pública de Santa Luzia, em Minas Gerais, colhido por Maria Cecília Nogueira quando da realização do seu trabalho dissertativo, em 1985. Nele a autora afirma que qualquer habitante para usufruir dos serviços daquela biblioteca precisa cumprir uma série de exigências, elaborada sem a participação da

sociedade e, em particular dos seus usuários, transcrevendo da fala do auxiliar a afirmação de que *“para fazer trabalho de pesquisa, aqui dentro, [os usuários] não precisam pagar. Agora, para levar os livros para casa, têm que fazer inscrição: preencher uma fichinha, pagar cem cruzeiros e dar um retrato. Eles falam o nome, idade, o local de residência, se estudam, tudo direitinho. As informações são colocadas na fichinha de inscrição que fica guardada na biblioteca. (...) Se não tiver isto a pessoa pode pegar o livro, levar para casa e ficar com ele. Assim, tem que ter normas. (...) Os pobres, quando chegam à biblioteca com vergonha, a gente tem vontade de ajudar. Tem uns que não tem condições nem de fazer a ficha de inscrição. (...) A gente pede retrato e eles não trazem. Não dão retrato porque eles não tem, aí a gente não pode emprestar os livros”*.

A autora apresenta ainda depoimentos que mostram que as normas existentes quanto aos horários de funcionamento da biblioteca não consideram a disponibilidade de tempo da classe trabalhadora, contribuindo para que esta não seja usuária, o que também é destacado na pesquisa de Cecília Leite Oliveira e na irônica crônica *Como organizar uma biblioteca pública*, de Umberto Eco, onde este destaca que *“os horários devem coincidir absolutamente com os horários de trabalho, discutidos previamente com os sindicatos: fechamento irrevogável aos sábados, aos domingos, às noites ou na hora das refeições. O maior inimigo da biblioteca é o estudante que trabalha; o melhor amigo é qualquer um que tenha uma biblioteca própria, e que portanto não tenha necessidade de vir à biblioteca e, ao morrer, legue a esta os livros que possuía”*.

Ou ainda quando o mesmo autor, em uma palestra na Biblioteca Municipal de Milão, na Itália, afirma, com a mesma ironia, ter se preparado para tal evento consultando às bibliotecas que estavam abertas nas horas noturnas que tinha disponível que eram as de *“Assurbanípal, em Nínive, a de Psístatro em Atenas, a de Alexandria (...) a de Pérgamo, a de Augusto”* todas existentes na Antiguidade e que jamais estariam disponíveis para seu uso, tal como as existentes atualmente.

Também o excessivo valor dado ao tratamento e organização de documentos e, em especial à catalogação e classificação que muitas vezes funcionam como barreiras que dificultam o acesso à informação, reforçam a tese de que maior ênfase é dada à atividade meio do que a atividade fim, sendo que, na prática, tanto Maria Cecília Nogueira, como Elizabeth Martucci e Francisca

Arruda Ramalho, afirmam que, o uso do catálogo é superado e até mesmo negligenciado pela manipulação do acervo por serem difíceis de consultar, mal localizados ou desconhecidos. Novamente, no depoimento do funcionário da biblioteca pesquisada pela primeira autora, vê-se refletida esta prática de superestimação do processamento técnico, na afirmação de que “*eles [os livros recém adquiridos] não têm carimbo da biblioteca e não tendo o carimbo, os livros não podem ser usados. (...) Eles tem que ter a catalogação, número de registro e carimbo*”.

Procurando refletir sobre a distância entre o aparente e o ser concreto da instituição em foco, cuja função é favorecer a apropriação do saber a todos indistintamente, observa-se que ela necessita continuamente está repensando suas competências e perfórmanes para agir transformadoramente.

Sua prática deve ser voltada para interferência nos mecanismos de transferência da informação, que permitirá a ela ser vista como parte de um processo dialético e integrador da produção e uso da informação, condição necessária para emancipação e prática da cidadania, bem como para transformação da sociedade.

A ação da biblioteca como agente de transformação dar-se-á, primeiramente, através do entendimento dos fatores contextuais que a afetam direta e indiretamente. Tais fatores, quando vistos sob a ótica da realidade brasileira, podem se expressar, como esclarece Raimundo Martins de Lima, através:

a) do perfil do seu modelo de desenvolvimento, baseado em um capitalismo dependente e permeável a todo tipo de influência externa;

b) da dimensão continental do país, com estruturas gerais bastante diferenciadas inter e intra-regiões, sob todos os aspectos, e desiguais em estágios de desenvolvimento sócio-econômico, implicando um relativo grau de colonialismo, dependência e dificuldades para implantação de políticas comuns; e

c) da realidade social brasileira, que abrange a existência extremada de dois blocos de indivíduos. O primeiro reúne a elite letrada, representada pelas classes empresarial, política, intelectual e universitária. Trata-se de um grupo que necessita de informações e serviços especializados para seu aperfeiçoamento pessoal e profissional, prerrogativa que é legitimada pelo exercício da cidadania. O segundo bloco congrega os analfabetos, funcionais ou não, semiletrados e demais excluídos. Trata-se de um grupo que necessita de informações para sua formação básica e para exercitar uma cidadania, mas que

não tem meios para reivindicá-la espontaneamente.

É no não reconhecimento das desigualdades regionais ou individuais acima arroladas, que a biblioteca constrói sua ação, agindo estandardamente através: da importação e aplicação de modelos nacionais e internacionais, como os códigos de catalogação e classificação, por exemplo, que são constituídos a partir de valores universais de origem estrangeira; da padronização do seu atendimento, tratando desiguais como iguais, colocando em um mesmo nível os “*analfabetos, funcionais ou não, semiletrados e demais excluídos*” e a “*elite letrada*”, privilegiando cultura expressa no suporte livro em detrimento de outros recursos informacionais destinados aos efetivamente necessitados; da propagação da ilusão de que tudo é para todos, mas desarticulando a coesão hegemônica quando não viabiliza a apropriação coletiva do saber colocando sobre o indivíduo o possível fracasso ou sucesso do seu uso da biblioteca; agindo como a *memória do mundo*, *templo do saber* ou ainda *como espelho da alma* reserva-se a um papel passivo, aguardando que o usuário a busque, tal como a sombra na escuridão, somente ilusória já que é impossível haver sombra na escuridão em que se encontra envolvido aquele que dela necessita.

Para agir competentemente, a biblioteca deve reconhecer que todos têm direitos sociais que implicam, inclusive, no acesso à informação e não ao suporte. Isto deverá se dar tanto pela disponibilização dos variados suportes e formatos de expressão do conhecimento, como por ações efetivas que permitam a concretização do processo pleno de transferência da informação, transformando-se em algo útil, capaz de gerar benefícios para todos os que dela fazem uso, concentrando-se nos fazeres de seus usuários tal como visto a seguir.

NOTAS

1. Outros organismos culturais trabalham no sentido de reunir, tratar e disseminar a informação registrada, como os museus e arquivos, entretanto, estes tratam da organização e preservação de documentos históricos, administrativos e culturais de uma empresa (pessoa jurídica) ou de um indivíduo (pessoa física), enquanto que aqueles exibem todo tipo de objeto que apresente interesse histórico, técnico, científico ou artístico, de modo a conservar e preservar coleções/acervos, permitindo o contato com peças únicas que são, na maioria das vezes, bi ou tridimensionais.

2. Neste estudo, o termo **informação** está sendo utilizado conforme definição da Federação Internacional de Documentação (FID), ou seja: “*todo conhecimento de natureza técnica, econômica, mercadológica, gerencial, social, etc. que, por sua aplicação, favoreça o progresso na forma de aperfeiçoamento e inovação*” (Aguilar, 1991, p. 8). A mesma acepção é também utilizada por Cardoso (1989), que define informação como conhecimento sobre alguém ou algo que é retirado da natureza, da cultura ou da sociedade e que só adquire sentido se relacionado ao processo de comunicação (interação entre sujeitos sociais para compartilhamento de informações). É ainda utilizada por Chiavenato (1993) que, em alusão à Teoria da Informação, elaborada por Shannon em 1975, a postula como conhecimento que permite orientar a ação ou reduzir a margem de incertezas que cerca as decisões cotidianas.

3. DEMO, Pedro. - Cidadania e emancipação. *Rev. Tempo Brasileiro*. 100:1(1990), p. 53-72.

4. TARAPANOFF, Kira, SUAIDEN, Emir. - Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. *R. Bibliotecon. Brasília*. 19:2 (1995), p. 130-139.

5. O Depósito Legal, instituído inicialmente na França, determina o envio à Biblioteca Nacional dos exemplares de obras impressas ou publicadas em qualquer lugar de um país, seja qual for a sua natureza e seu sistema de reprodução.

6. LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo de Terra, MACEDO, Vera Amália Amarante (orgs.). *Formas de expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 347-366.

7. Frase inscrita no frontão de entrada da biblioteca de Ramsés II, em Mênfis. Localizada no templo de Tebas, a existência de tal biblioteca é questionada por muitos estudiosos da história das bibliotecas. Entretanto, tal metáfora acompanhou, por muitos séculos, a imagem destas instituições. Há autores ainda que discutem a inscrição, alegando ser: *lugar da cura da alma* ou *templo da alma*. A denominação adotada vem da descrição do siciliano Diodoro, apresentada por José Teixeira de Oliveira, na sua obra *A fascinante história do livro*.

8. Entende-se por capital social a reunião das concepções culturais, políticas, econômicas e profissionais que garantem aos indivíduos condições de mobilidade nos jogos de saberes e poderes.

9. Um exemplo desse serviço é o *Ateliers d'intiation à la recherche documentaire*,

desenvolvido pelo setor pedagógico da Biblioteca Nacional da França cujo objetivo é permitir o conhecimento dos mecanismos de busca da informação através dos meios eletrônicos, inclusive a Internet. (Disponível no site <http://www.bnf.fr/web-bnf/pedagos/rechdoc.htm>, em 05/03/1999).

10. NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*. 15:2 (1986), p. 222-248.

11. OLIVEIRA, Cecília Leite. *Biblioteca pública centro convergente das aspirações comunitárias: serviço de informação à comunidade nas bibliotecas públicas do Distrito Federal*. Brasília: UNB, 1996. 145p. (Dissertação, Mestrado em Biblioteconomia).

12. ECO, Umberto. Como organizar uma biblioteca pública. In: _____. *O segundo diário mínimo*. Trad. de Sérgio Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

13. _____. *A biblioteca*. Trad. de Maria Luísa Rodrigues de Freitas. 4. ed. Lisboa: DIFEL, 1998.

14. NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. *Biblioteca pública: a contradição de seu papel*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 108 p. (Dissertação, Mestrado em Biblioteconomia).

15. MARTUCCI, Elisabeth Márcia. *Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública*. *R. Bibliotecon. Brasília*. 21:2 (1997), p. 167-188.

16. RAMALHO, Francisca Arruda. *A biblioteca pública do estado da Paraíba*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. 150 p. (Dissertação, Mestrado em Biblioteconomia)

17. LIMA, Raimundo Martins. *A construção social da biblioteconomia brasileira: a dimensão político-pedagógica do fazer bibliotecário*. Manaus: EDUA, 1999. 262p.

18. Conforme Raimundo Martins de Lima, isto significa a reunião dos segmentos ou atividades vinculados à produção de estoques de informação. Fazem parte deste grupo práticas, que se limitam ao ambiente interno das unidades de informação, as ações de tratamento técnico (processamento e reproprocessamento, organização, armazenamento e recuperação). Orientam-se pela **racionalidade técnica** e isto reduz a dimensão do processo informacional a organização documental. Isto leva a crer que as suas responsabilidades acabam com o tratamento da informação.

19. Para o mesmo autor da nota anterior, esta dimensão engloba os segmentos ou atividades que se relacionam com a produção de conhecimentos. Fazem parte deste grupo práticas que integram o ciclo da informação (disseminação, acesso, uso e

assimilação) e buscam relacioná-lo com as mudanças que ocorrem nos ambientes externos das unidades de informação. Orienta-se pela **racionalidade ambiental** e isto amplia a dimensão do processo informacional e valoriza a diversidade sociocultural, em termos de contextos e recursos humanos. Isto pressupõe, além da técnica, habilidades para recuperar a informação produzida e estocada e para operar procedimentos dinâmicos de disseminação e transferência.